



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ – CEST
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Rayzimara Lima Ramos

**HISTÓRIA INDÍGENA E OS CONFLITOS NA AMAZÔNIA COLONIAL
(SÉC. XVIII)**

TEFÉ - AM

2021

RAYZIMARA LIMA RAMOS

**HISTÓRIA INDÍGENA E OS CONFLITOS NA AMAZÔNIA
COLONIAL (SÉC. XVIII)**

Monografia apresentada ao Centro de Estudos Superiores de Tefé CEST/UEA, como requisito para a obtenção de título Graduação no curso de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Me. Tenner Inauhiny de Abreu

TEFÉ - AM

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

RAMOS, Rayzimara Lima.

HISTÓRIA INDÍGENA E OS CONFLITOS NA AMAZÔNIA COLONIAL
(séc. XVIII) / Rayzimara Lima Ramos – Tefé: 15 de Setembro de 2021. 43 f. :
il. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado do Amazonas,
Curso de Licenciatura em História, 15 de Dezembro de 2021.

“Orientação: Prof. Me. Tenner Inauhiny de Abreu, Centro de Estudos
Superiores de Tefé”.

1. História Indígena. 2. Médio Solimões. 3. Amazônia Colonial.. I. História
Indígena e os Conflitos na Amazônia Colonial (séc. XVIII).

Rayzimara Lima Ramos

HISTÓRIA INDÍGENA E OS CONFLITOS NA AMAZÔNIA COLONIAL (séc. XVIII).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de graduação do curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA/ CEST.

Aprovado em 15 de Dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Me. Tenner Inaubiny de Abreu

Prof. Me. Jubrael Mesquita da Silva

Prof. Me. Sidney Barata de Aguiar

Dedico este trabalho a meu filho João Benício Ramos de Almeida, que desde o início da minha jornada na graduação teve que aprender a conviver de certa forma com minha ausência, quando não estava na universidade, estava trancada no quarto estudando. E diante dessa difícil jornada de universitária, ele foi meu apoio, a pessoa que me encontrava sempre com um sorriso de orelha a orelha, e mesmo sem saber me dava forças para continuar. Foram aqueles beijinhos cheios de amor todas as manhãs que me impulsionavam a continuar. E olha só, mamãe chegou na reta final da graduação filho, e você é o verdadeiro motivo para que eu conseguisse chegar até aqui, você foi minha força. Eu só tenho que agradecer a Deus por sua existência meu amor, meu benzinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a quem me ajudou espiritualmente, isto é, a Deus por ter me presenteado com o dom da vida e sabedoria, por manter minha fé na busca das realizações de meus sonhos, e ter me concedido viver esse momento tão importante para minha vida e para minha formação.

A minha mãe Raimunda Dulcinéia, minha leoa, a melhor mãe e vó do mundo, que desde o início da minha jornada na graduação não mediu esforços para me dar suporte, tanto financeiro, como a cuidar do meu filho enquanto eu estava ausente. Sem ela, não teria conseguido chegar até esse momento.

A meu pai Raimundo Benedito, que por vezes me ajudou financeiramente, e pela preocupação com meu bem estar físico e mental, sempre preocupado com minha alimentação, e sempre com conselhos para me não desistir diante das dificuldades. Isso sem dúvida foi importante durante a árdua caminhada na graduação.

As minhas irmãs Raysiane, Raysidora, Esther, irmão Miguel e sobrinho Davi, pelo apoio e suporte, das vezes que precisei para cuidarem do meu João Benício estavam sempre dispostos, sem vocês não teria sido possível a realizações de trabalhos acadêmicos, nem a escrita desta pesquisa.

A meu orientador Professor Tenner Inauhiny de Abreu, pelos conhecimentos compartilhados, e por ser meu guia na realização desta pesquisa. Fica aqui minha gratidão pela disponibilidade, dedicação, sabedoria e paciência com as quais orientou esse trabalho.

A Universidade do Estado do Amazonas e ao curso de Licenciatura em História, a todos os professores/professoras e a nossa secretária, que contribuíram positivamente para minha formação ao longo desses quatro anos do curso.

Por fim, mas não menos importante, aos meus pares, meus colegas de curso, meus camaradas, meus amigos, que vivenciaram comigo momentos bons, de alegria e euforia, e também de estresse e cansaço. Sou grata pela amizade, pela ajuda, pelas conversas. Saibam que a cada um contribuiu de alguma forma para a realização desta conquista. Sentirei saudades de dividir minhas tardes com vocês.

A todos vocês, o meu MUITO OBRIGADA!

Em tempo de paz convém ao homem serenidade e humildade; mas quando estoura a guerra deve agir como um tigre.

William Shakespeare

Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador.

Provérbio Africano

RESUMO

O presente trabalho aborda a História Indígena e os Conflitos na Amazônia Colonial, o objetivo é falar a respeito da historiografia indígena, no período colonial, analisando os conflitos coloniais presentes nas narrativas, observando a História Indígena como leque de possibilidades como campo de pesquisa. Além disso, a pesquisa busca analisar a presença indígena no médio Solimões entre no século XVIII, bem como compreender como populações foram dizimadas, e também como algumas resistiram ao processo de colonização. A metodologia para a realização desta monografia, se deu por meio da pesquisa bibliográfica, o levantamento das obras de referência sobre a história indígena. Na qual observamos que, no período colonial, as transformações impostas aos povos indígenas, com o intuito de civilizá-los e promover-lhes o desenvolvimento econômico, tiveram resultados de destruição dos contatos e submetidos aquele plano de civilização, que Antônio Porro descreve em “História dos Índios no Brasil - História Indígena do Alto e Médio Amazonas (séculos XVI a XVIII)”, como a ocupação dos primeiros colonizadores afetaram o espaço demográfico e cultural de cada nação indígena na região amazônica. Mas, mesmo diante do processo de aculturação no período colonial, em que partes das nações indígenas foram dizimadas e esquecidas por parte da historiografia brasileira, os povos indígenas escreveram e viveram sua própria história de acordo com as possíveis possibilidades que lhe cabia, e que todos os conflitos tem relevância para as pesquisas atuais, no passado esses conflitos foram reprimidos, e toda essa temática indígena de acordo com Moisés (1992) e Santo (2002) merecem ser pesquisados e investigados detalhadamente, para assim, os nativos, possuírem seus direitos históricos, resgatando o papel que o índio teve no processo de colonização com agentes causadores das crises governamentais e das tentativas frustradas que os lusos tiveram em exterminar os índios.

Palavras-chaves: História Indígena. Médio Solimões. Amazonia Colonial.

ABSTRACT

The present work addresses the Indigenous History and the Conflicts in the Colonial Amazon, the objective is to talk about the indigenous historiography, in the colonial period, analyzing the colonial conflicts present in the narratives, observing the Indigenous History as a range of possibilities as a field of research. In addition, the research seeks to analyze the indigenous presence in the middle Solimões between the 18th century, as well as to understand how populations were decimated, and also how some resisted the colonization process. The methodology for carrying out this monograph was through bibliographic research, the survey of reference works on indigenous history. In which we observe that, in the colonial period, the transformations imposed on indigenous peoples, with the aim of civilizing them and promoting their economic development, resulted in the destruction of those contacted and submitted to that civilization plan, which Antônio Porro describes in “ History of the Indians in Brazil - Indigenous History of the Upper and Middle Amazons (16th to 18th centuries)”, how the occupation of the first settlers affected the demographic and cultural space of each indigenous nation in the Amazon region. But, even in the face of the acculturation process in the colonial period, in which parts of the indigenous nations were decimated and forgotten by Brazilian historiography, indigenous peoples wrote and lived their own history according to the possible possibilities that were available to them, and that all conflicts are relevant to current research, in the past these conflicts were repressed, and all this indigenous theme according to Moisés (1992) and Santo (2002) deserves to be researched and investigated in detail, so that the natives have their historical rights , rescuing the role that the Indian had in the colonization process with agents causing the governmental crises and the fruitful attempts that the Luso had to exterminate the Indians.

Keywords: Indigenous History. Middle Solimões. Colonial Amazon.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: Os indígenas e a Historia Indígena.	14
1.1 A História indígena como campo de pesquisa.	14
1.2 Fontes para uma História indígena do Solimões	22
CAPÍTULO 2: Os povos indígenas e os conflitos no Solimões	27
2.1 Sociedades indígenas no rio Solimões Séculos XVII e XVIII	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	41

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a História Indígena e os Conflitos na Amazônia Colonial, o objetivo é falar a respeito da historiografia indígena, no período colonial, analisando os conflitos coloniais presentes nas narrativas, observando a História Indígena como leque de possibilidades como campo de pesquisa. Além disso, a pesquisa busca falar a presença indígena no médio Solimões entre os séculos XVII-XVIII, bem como compreender como populações foram dizimadas, e também algumas resistiram ao processo de colonização.

A história tradicional, narra os indígenas sempre em papéis secundários, ou seja, sempre na posição de vítimas, selvagens, sem civilização, enfim os “vilões” no processo de colonização. Conforme Almeida (2010),

(...) a *História do Brasil* de Francisco Adolfo Vanhagem (1854) até o momento bastante avançado do século XX, os índios, *grosso modo*, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil a disposição dos europeus. (ALMEIDA, 2010, p.13).

Os europeus, achando-se superior aos indígenas, no processo de etnocentrismo que “(...) significa a supervalorização da própria cultura em detrimento das demais.” (Marconi, 2001, p.52), colocaram os indígenas na narrativa histórica sempre de forma inferior e secundária.

Onde, os índios em contato com os europeus haviam desaparecido, ou seja diante do processo de aculturação eles perdiam sua identidade étnica.

Trata-se da ideia segundo a qual os índios integrando à colonização iniciavam um processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam à assimilação e conseqüentemente à perda da identidade étnica. (ALMEIDA, 2010, p.14).

O termo aculturação é compreendido como o processo sociológico e antropológico, que ocorre no encontro de duas culturas de maneira pacífica ou não. E nesse encontro, um grupo perde seus elementos culturais e assume os elementos da outra.

Ainda, acreditava-se que, “Sem a proteção dos “civilizados”, (...) os índios seriam incapazes de superar a “estaca zero da evolução”.” (HENRIQUE, 2018, p.17), ou seja, sem a colonização estes ficariam na posição de selvagens, sem alma e civilização alguma.

Mesmo sendo considerados “vítimas” e “inferiores” culturalmente, houve conflitos entre a coroa, colonos e missionários, pela mão de obra indígena e por aliados em guerras. Passa

a ser criadas políticas indigenistas, que favorecem os interesses do sistema de colonização, e não dos indígenas. Manuela Carneiro da Cunha (1992, p.15), cita Farage (1991), que afirma:

A coroa tinha seus próprios interesses, fiscais e estratégicos acima de tudo: queria de certo ver prosperar a Colônia, mas queria também garanti-la politicamente. Para tanto, interessava-lhes aliados índios nas suas lutas com franceses, holandeses e espanhóis, seus competidores internos, enquanto para garantir seus limites externos desejava “fronteiras vivas”, formadas por grupos indígenas aliados. (CUNHA, 1992, p.15).

Assim, “(...) os conquistadores ibéricos enveredaram por caminhos vários para se assegurar do controle dos nativos e do excedente econômico das conquistas.” (ALENCASTRO, 2000, p.11) Ou seja, procuravam de todas as formas controlar e ter tutela sobre os indígenas.

O que se pretende neste trabalho, não é dar continuidade a narrativa que considera inferioriza os indígenas, mas, propor uma narrativa em que os indígenas são sujeitos ativos diante dos processos históricos, tiveram participação e reagiram de diversas maneiras diante do processo civilizatório, da catequização, gerando conflitos com os não índios, os colonizadores.

Assim, para o historiador de início,

Trata-se de uma difícil tarefa, se pensarmos que a documentação disponível para isso foi produzida, em sua maior parte, por presidentes da província, religiosos e demais responsáveis pela aplicação da política indigenista no século XIX. Nessa documentação, a voz dos índios não aparece diretamente. Mas ela está sempre presente, pois as fontes, apesar de sua pretensão à objetividade, sempre registram narrativa polissêmica, na qual a voz do indígena também se apresenta como interlocutora. (HENRIQUE, 2018, p.18).

Sendo tarefa do historiador dialogar com a interdisciplinaridade, com dimensões etnográficas, etnológica, antropológicas, arqueológica, linguísticas, etc., para fazer análise das documentações composta principalmente por relatórios dos presidentes de província, correspondências dos missionários e obras de viajantes. Ou seja, documentações que tem sobretudo o olhar do europeu a respeito dos indígenas, através das crônicas, dos viajantes ou funcionários do estado lusitano.

Em virtude disto, há necessidade de estudar, e analisar os conflitos interétnicos no período colonial entre os séculos XVI a XVIII, devido à escassez e o interesse de pesquisadores direcionados a esse tema.

A pesquisa será de suma importância para valorizar e divulgar as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no período de colonização, levando em conta as nações indígenas ribeirinhas que foram dizimadas e as que foram incorporadas como mão de obra pelos colonizadores, quando descrevendo os acontecimentos da região Amazônica que atingiram os padrões adaptativos e culturais de vários povos.

Santos (2002), faz um análise que a ocupação da Amazônia não foi pacífica e nem resistente, que muitas guerras causadas pelos portugueses utilizando o método colonizador dizimaram muitas etnias.

A referida pesquisa será feita através do levantamento e análises bibliográficas. Com o embasamento de (Coelho; Cunha; Santos; Queiroz; Beatriz Perrone; Porro, dentre outros) obtiveram dificuldade sobre a temática indígena e o processo de colonização e a inserção do acultamento indígena, devido à escassez de documentos, portanto seguiremos com esse intuito de analisar as crônicas e relatos de viajante e missionários desse período de como ocorreu o processo de aculturação indígena imposta pelos colonizadores.

As transformações impostas aos povos indígenas, com o intuito de civilizá-los e promover-lhes o desenvolvimento econômico, teriam resultado na destruição dos contatos e submetidos aquele plano de civilização, que Antônio Porro descreve em “História dos Índios no Brasil - História Indígena do Alto e Médio Amazonas (séculos XVI a XVIII)”, como a ocupação dos primeiros colonizadores afetaram o espaço demográfico e cultural de cada nação indígena na região amazônica.

É através do método da pesquisa bibliográfica, do levantamento das obras de referência sobre a história indígena, o processo de aculturação no período colonial, que faremos análise apontando os fatores que contribuíram para que partes das nações fossem dizimadas e esquecidas como parte da historiografia brasileira, e ainda assim demonstrar a dinamicidade indígena enquanto sujeito de sua própria história.

Portanto, este trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo intitulado *Os indígenas e a História Indígena*, buscamos refletir sobre os indígenas na história tradicional, tidos sempre em posição secundário na narrativa, e sempre à disposição dos europeus. O segundo capítulo, *Os povos indígenas e os conflitos no Solimões*, discutiremos a presença indígena no médio Solimões, bem como os conflitos gerados pela colonização.

CAPÍTULO 1: Os indígenas e a História Indígena.

Neste capítulo, iremos abordar os indígenas nas narrativas históricas tradicionais, buscando compreender como os estes foram colocados sempre na posição de “vilões” no processo de civilização europeia. Para isso será feita uma análise a respeito do contexto histórico do período colonial, para entendermos como o violento contato de culturas distintas ocasionou grandes consequências, tanto na narrativa histórica, como na vida dos nativos. Diante disso, será discutido as lacunas da historiografia tradicional, demonstrando que a História Indígena se mostra um campo de pesquisa com terreno fértil para a construção de pesquisas/enredos a respeito da história dos aborígenes.

Ainda neste capítulo, será feita uma discussão a respeito das fontes disponíveis para uma história indígena do médio Solimões, fontes em sua maioria produzidas pela mão do colonizador europeu, mas que não perdem sua rica fonte de dados a respeito da vida dos nativos, que demonstram que os indígenas foram atores ativos em sua própria história.

1.1 A História indígena como campo de pesquisa.

Os povos indígenas acarretam em sua história muitos processos, desde o “descobrimento” do Brasil até os dias de hoje. O processo de colonização no Brasil, deixou marcas profundas tanto na vida das populações originárias, como na narrativa de sua história. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1992), a narrativa a respeito dos autóctones passam da condição de povos sem história, vítimas, para só posteriormente, nos estudos mais atuais, serem compreendidos como agentes de sua própria história.

Da civilização europeia ocidental “herdaram”, é certo dizer que foi imposto, instituições, técnicas, valores, culturais, etc. O contato de civilizações distintas foi a causa de grande estranhamento e do etnocentrismo, o que resultou na ideia de superioridade da cultura ocidental, branca, e em incontáveis mortes da população indígena, culturas disseminadas, e negros escravizados.

O etnocentrismo, “(...) significa a supervalorização da própria cultura em detrimento das demais.” (Marconi, 2001, p.52), trata-se de considerar uma sociedade superior a outra. Assim, durante a maior parte da narrativa histórica a respeito dos indígenas, estes foram narrados sempre de forma inferior e secundária, pelos considerados “civilizados”, os europeus.

A antropologia, “(...) defende o princípio de que as culturas não são superiores ou inferiores, mas diferentes, com mais ou menos recursos, com tecnologia mais desenvolvida ou menos.” (MARCONI, 2001, p.39). Assim, cabe aos historiadores, e aqueles que tem interesse pela veracidade histórica, fazer uma análise, levando em consideração a participação dos indígenas na construção de sua própria história, para isso, analisar as informações e mudanças ao longo do tempo, a ponto de fazer uma narrativa que correlacione as ações de todos os atores sociais de determinado momento histórico, sem exclusão ou minimização.

Na historiografia, “Um ponto cego constantemente repetido e naturalizado nas grandes interpretações sobre o Brasil é quanto à participação do indígena.” (OLIVEIRA, 2016, p. 12). A História indígena tradicionalmente é descrita de forma rasa e inconsisa. De forma rasa, pois desde os primeiros escritos históricos nota-se que a narrativa a respeito dos indígenas é sempre descrita sob a perspectiva e olhar do colonizador, do europeu, que não vê os indígenas como agentes de sua própria história, e sim como incapaz. Inconsistente, pois se trata de uma narrativa incompleta, que não faz correlação da participação dos indígenas junto com os demais atores sociais, europeus e africanos, nem as mudanças ao longo do tempo.

Desde os escritos de

(...) a *História do Brasil* de Francisco Adolfo Vanhagem (1854) até o momento bastante avançado do século XX, os índios, *grosso modo*, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil a disposição dos europeus. (ALMEIDA, 2010, p.13).

Uma narrativa errônea que coloca os índios em papéis secundários, sempre na posição de incapaz, vítima, minimizando sempre a atuação deste na construção de sua própria história.

Segundo João Pacheco de Oliveira (2016, p. 7-8);

“Em geral, as ações indígenas no passado – e também no presente – são explicadas a partir de representações distorcidas e estigmatizantes, que impossibilitam a compreensão dos objetivos e significados que tiveram para os seus contemporâneos, levando os leitores (atuais e do passado) a minimizar a importância dessas iniciativas.” (OLIVEIRA, 2016, p.7-8).

Assim, a incompletude dos escritos históricos, leva a minimizar as ações dos nativos, acarretando incompreensões sobre sua história, e desvalorização da participação destes na construção da história do país.

Segundo Almeida (2010), por muito tempo permaneceu a ideia de que os índios, em contato com a colonização, haviam desaparecido, ou seja, através do processo chamado de aculturação, ao integrar a ordem colonial os índios perdiam sua identidade étnica.

Trata-se da ideia segundo a qual os índios integrando à colonização iniciavam um processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam à assimilação e conseqüentemente à perda da identidade étnica. (ALMEIDA, 2010, p.14).

O termo aculturação é compreendido como o processo sociológico e antropológico, que ocorre no encontro de duas culturas de maneira pacífica ou não. E nesse encontro, um grupo perde seus elementos culturais e assume os elementos da outra. Assim, os índios, em contato com a civilização europeia, teriam perdido sua identidade étnica.

Com a chegada dos colonizadores no “(...) mundo colonial que irá se instaurar na chamada América Portuguesa.” (Oliveira, 2009/2010, p.12), houve uma transferência de mentalidades, tanto na estrutura política, econômica, social como cultural. O modelo de mundo, de civilização, que os europeus tinham foram considerados por eles superior aos indígenas, isto porque, os nativos não tinham um estado centralizado, não tinham rei, monarca, portanto, “não tinha civilização”, eram “selvagens”, sem cultura, preguiçosos, exóticos. Não levando em conta a densidade populacional e cultural destes.

Os negros, traficados por sua estrutura e força física, eram considerados coisa e propriedades, e não pessoas. Sua cultura também não era compreendida e aceita. No entanto, assim como os indígenas, houve resistência por parte dos negros ao trabalho escravo, e as violências físicas e culturais.

Esse contato entre civilizações distintas foi muito violento, não só com as lutas e guerras, mas também através das doenças que os europeus trouxera, a escravidão e mortes. Isto porque, os colonizadores entendiam que o “Brasil” era como uma folha em branco, no qual iriam impor sua espiritualidade e molde de vida nas populações consideradas “sem alma” e “selvagens”.

Assim, conforme Oliveira (2016),

(...) pela situação de exclusão e marginalidade em que desde o início da colonização foram mantidas, sempre submetidas a uma forte e direta tutela, que outorgava a outros o direito de pensar e falar por eles. Avaliados segundo os interesses e preconceitos das elites como inferiores e primitivos (...). (Oliveira, 2016, p.12).

Os europeus achavam-se superior aos demais grupos, conseqüentemente procuraram de diversas maneiras apagar, e exterminar aos demais personagens da história.

Na perspectiva assimilacionista de cunho antropológico, Celestino afirma que “(...) os índios integrados a colonização, aculturados e passivos, ou através das guerra, perdiam culturas,

identidades étnicas e todas as possibilidades de resistências.” (ALMEIDA, 2010, p.14). Essa perspectiva durante muito tempo foi aceita, pois neste período, estudos históricos e antropológicos andavam separados.

Almeida (2010) afirma que,

“Culturas, identidades étnicas, relações culturais e vários outros temas relacionados ao cotidiano de homens comuns e de povos não ocidentais eram assuntos de antropólogos e, em geral, estudados num plano sincrônico, isto é, sem levar em conta processos de mudança.” (ALMEIDA, 2010, p.15).

Para eles os povos indígenas eram primitivos e imutáveis.

Historicamente, os portugueses consideravam que haviam chegado ao paraíso, e assim passam a nomear a terra “descoberta”, como afirma Manuela Carneiro da Cunha (1992) “Deste paraíso assim descoberto, os portugueses eram o novo Adão.” (p.9), criando simbolicamente o Brasil, isto porque, se tinha a ideia de “virgindade da terra”, ou seja, era como se a terra nunca fosse povoada ou explorada. No entanto, posteriormente, essa ideia viria a mudar, conforme Manuela Carneiro da Cunha,

A insuspeita presença desses outros homens (e rapidamente se concorda, e o papa reitera em 1537, que são homens) desencadeia uma reformulação das ideias concebidas: como enquadrar por exemplo essa parcela da humanidade, deixada por tanto tempo à margem da Boa Nova, na história geral do gênero humano? (...). (CUNHA, 1992, p.9-10).

Uma série de questões passam a ser levantadas para tentar explicar a presença desses povos que, aqui já habitavam. Até questões bíblicas surgem, como, a qual filho de Noé estes seriam descendentes? Seriam eles descendentes de mercadores do tempo de Salomão? ou das dez tribos perdidas de Israel? Outras questões que a autora aponta que ainda não estão completamente resolvidas diz respeito, as indagações como, “Haveria múltiplas origens e rotas de penetração do homem americano? Teria ele vindo, como se crê em geral, pelo estreito Bering e somente por ele? Quando se teria dado essa migração?” (CUNHA, 1992, p.10).

Sobre as origens dos povos indígenas se sabe muito pouco. “Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe.” (CUNHA, 1992, p.11). Isso porque, existem armadilhas em que os “descobridores” e estudiosos caíram, e até hoje, indivíduos permanecem tropeçando sobre elas. Cunha (1992), afirma que, na perspectiva da teoria ocidental, haviam sociedades em que teriam ficado na estaca zero da evolução, sem Estado centralizado, eram assim “primitivos”, haviam parado no tempo. “E porque tinham assim parado no tempo. Não cabia procurar-lhes a história.” (CUNHA, 1992, p.11). Esta

armadilha, do índio como ser primitivo, fez com que acreditassem que os povos indígenas, eram povos sem história.

Manuela Carneiro da Cunha (1992, p.11), cita Vanhargem (1978) que afirma “de tais povos na infância não há história: há só etnografia.” Ficando impregnado que os índios não tinham uma história, era como se estes tivessem parado em um estágio que não tivessem “evoluídos”, com isso, não tinham história, apenas etnografia.

Diante disso, desde que chegaram juntamente com os europeus, os missionários tinham uma visão a respeito dos indígenas de um povo em transição para “evolução” ou “civilização”. As missões acreditavam que os índios estavam em um estado de “incompletos”, e para saírem do lugar de inferioridade, eles deveriam ser “civilizados”. No entanto, o que acabou ocorrendo foi a imposição da cultura ocidental sobre a dos indígenas e a tentativa de eliminação desta. Mas, na contramão, os indígenas resistiram das mais variadas formas, para manter sua cultura, o que resultou na fusão de culturas. Os índios não perdem sua cultura totalmente, em alguns casos mantêm, e outros contribuem para o surgimento de uma cultura nova.

As missões são muito complexas, não se pode afirmar de fato se foram boas ou ruins, isso depende muito do momento/contexto histórico. O que se sabe é que, os índios em determinados momentos atacavam as missões, para isso fingiam obediência, e sempre que tinham uma oportunidade fingiam. Isto porque, sempre foram resistentes quanto ao processo de aculturação e assimilação da cultura europeia. Uma forma de resistência bem interessante é a do alcoolismo, a qual os índios fingiam estar embriagados, para adorar e cultuar seus deus e assim manter viva de alguma forma sua tradição.

O que de fato é perceptível, é a grande contribuição dessas missões para a mortandade indígena, tanto por guerra, exploração de trabalho, escravidão, como por doenças. Causando não a morte física do índios, mas também a de sua cultura.

Mesmo sendo considerados “vítimas” e “inferiores” culturalmente, houve conflitos entre a coroa, colonos e missionários, pela mão de obra indígena e por aliados em guerras. Passa a ser criada políticas indigenistas, que favorecem os interesses do sistema de colonização, e não dos indígenas. Manuela Carneiro da Cunha (1992, p.15), Cita Farage (1991), que afirma:

A coroa tinha seus próprios interesses, fiscais e estratégicos acima de tudo: queria decerto ver prosperar a Colônia, mas queria também garanti-la politicamente. Para tanto, interessava-lhes aliados índios nas suas lutas com franceses, holandeses e espanhóis, seus competidores internos, enquanto para garantir seus limites externos desejava “fronteiras vivas”, formadas por grupos indígenas aliados. (CUNHA< 1992, p.15).

Com intuito de avançar na Amazônia, os conflitos tinham como ponto central os interesses para manter o controle sobre a força de trabalho indígena, e “(...) as disputas concentrava-se tanto na legislação quanto nos postos-chaves cobiçados: a direção das aldeias e a autoridade para repartir os índios para trabalho fora dos aldeamentos.” (CUNHA, 1992, p.16). Assim, “(...) os conquistadores ibéricos enveredaram por caminhos vários para se assegurar do controle dos nativos e do excedente econômico das conquistas.” (ALENCASTRO, 2000, p.11) Ou seja, procuravam de todas as formas controlar e ter tutela sobre os indígenas.

“Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas “vítimas” do sistema mundial, vítimas de uma política e práticas que lhes eram externas e que os destruíram.” (CUNHA, 1992, p.17). Resultante “(...) dessa postura “politicamente correta” foi somar a eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos.” (CUNHA, 1992, p.18).

No entanto, segundo Cunha, não pode-se ter dúvidas de que, os índios possuem sim uma história própria, e de que nela são plenamente sujeitos históricos e atores políticos importantes. A história se firma:

(...), primeiro, moldando unidades e culturas novas, cuja homogeneidade reside em grande parte numa trajetória compartilhada: é o caso, por exemplo, do conglomerado piro/conibo/cambeba, por exemplo, que formam uma cultura ribeirinha do Ucayali, apesar de seus componentes pertencerem a três linguísticas diversas, (...) das culturas neo-ribeirinhas do Amazonas (...). (CUNHA, 1992, p. 11-12).

Ou seja, a história está presente partir do momento em que, nas vivências de grupos diversos de indígenas, surgem novos contingentes.

Existe historicidade sim, quando “(...) muitas das sociedades indígenas ditas “isoladas” são descendentes de “refratários”, foragidos das missões ou do serviço de colonos (...)”. (CUNHA, 1992, p.12). Nisto não são apenas “isolados”, mas é a história de um povo fugitivo, que se integraram, se retribalizaram a um grupo independente, e que se afastaram por conta das agressões da colonização.

Está presente no fracionamento étnico, que segundo Taylor é uma:

(...) homogeneização cultural: perda de diversidade cultural e acentuação das microdiferenças que definem a identidade étnica. É provável assim que unidades que conhecemos hoje sejam o resultado de um processo de atomização cujos mecanismos podem ser percebidos em estudos como o de Turner sobre os Kayapó, e de reagrupamentos de grupos linguisticamente diversos em unidades ao mesmo tempo culturalmente semelhantes e etnicamente diversas, (...). (CUNHA, 1992, p.12).

O que conhecemos hoje, em alguns casos, são fruto desse processo de reagrupamento, que se originam por necessidade, fugindo das missões ou colonos, e em menor caso por opção dos índios, pela tradição.

É então que podemos ver o quanto a variedade dinâmica dos indígenas se destaque na história destes. Tanto no processo de integração e reagrupamento, como também na relação deste homem com a natureza, fica explícito que os índios não faziam parte de um bloco único.

Se manteve a ideia de que as sociedades indígenas são “(...) sociedades igualitárias e de população diminuta.” (CUNHA, 1992, p.12). Contrapondo a isto, segundo Porro (1995), Cunha (1992, p.12) afirma:

(...) a Amazônia, não só na sua várzea mas em várias áreas da terra firme, foi povoada durante longo tempo por populosas sociedades, sedentárias e possivelmente estratificada, e essas sociedades são autóctones, ou seja, não se explicam como o resultado da difusão de culturas andinas mais “avançadas”. As sociedades indígenas não são portanto o produto da natureza, antes suas relações com o meio ambiente são mediatizadas pela história. (CUNHA, 1992, p.12).

Nessa questão da relação do homem com a natureza, existem povos que vivem em área de várzea e dependem da cheia e da vazante, e os povos da terra firme dependem do sol e da chuva, para o plantio. Dependendo da forma de convivência, o equilíbrio entre estes povos se tinha através do comércio, da troca de produtos.

Com isso, fica destacado a variedade dinâmica desses povos em sua história e sua ação enquanto sujeitos históricos. Isto porque, na política indigenista, vislumbrava a política indígena. Uma vez que a indigenista visava o interesse da colonização e o controle do trabalho dos indígenas. Os índios se deixam controlar e aliavam-se a um grupo de colonos, em razão de seus próprios interesses, pois tinham seus motivos, ou seja, sua própria política indígena.

E essa “(...) percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira.” (CUNHA, 1992, p.18). Isto porque os índios tinham seus atos de acordo com suas próprias vontades e escolhas. Quando lhes foi impostas algumas questões como, o uso de armas ou utensílios em que os europeus trouxeram, eles escolheram as suas de costume, como o arco e a cuia.

Cunha (1992, p.19) salienta que, “(...) aos índios, que não são vítimas de uma fatalidade mas agentes de seu destino. Talvez escolheram mal. Mas fica salva a dignidade de terem moldado a própria história.” Fizeram escolhas que geraram consequência, mas que sem dúvida, escreveram e reescreveram sua história como sujeitos desta.

Outro ponto importante, é a ideia que foi construída lá na “descoberta” do Brasil, e que permeia até os dias de hoje, a de que os índios compõem um “bloco único”. É necessário desconstruirmos esta ideia, pois existem diferenças sim, os indígenas não compartilham da mesma cultura, mesma crença e mesma língua.

Quando se fala em o “índio”, é como se o índio Tukano e Desana, deixasse de ser Tukano e Desana, para se transformar em apenas o “índio”, o índio genérico. Segundo José Ribamar Bessa Freire, este é o Primeiro equívoco: o índio genérico, que continuasse ter em relação ao indígena. Se comparado a denominação genérica “europeu”, o europeu português e francês, continuam português e francês, não se é apagado as diferenças. “No caso do “índio”, o equívoco está em que o genérico apaga as diferenças.” (FREIRE, 2009, p.4).

Diferenças essas, que são enormes “Cada povo tem sua língua, sua religião, sua arte, sua ciência, sua dinâmica histórica própria, que são diferentes de um povo para o outro.” (FREIRE, 2009, p.4). Até hoje, no Brasil, são mais de 200 etnias falando 180 línguas diferentes. Quando os colonizadores aqui chegaram, esses números era muitos maiores, eram mais de 1300 línguas. Hoje com esses números muito reduzido, as diferenças não desapareceram, pois, são línguas muito diversas, de troncos diferentes, mesmo aquelas de um mesmo tronco, com uma mínimo de comunicação, a diferença se mantém, pois são culturas, tradições, costumes, religiões e ambientes diversos. Com isso “Se existem línguas tão diferentes e culturas tão diversas, não é correto coloca-las todas no mesmo saco,” (FREIRE, 2009, p.6).

Por muito tempo os índios foram visto como povos sem história, seres efêmeros, em transição para a “civilização e assimilação da cultura europeia. Tentaram apagar sua história, colocando-os em posição de vítimas, como se não fossem capazes de ser sujeitos de sua própria história. No entanto, estas tentativas não por acaso, fracassaram. Isto porque, sua história se firma a cada dia, tanto por suas lutas e resistências, como pelas variedade dinâmica desses povos, que mesmo com o desaparecimento de algumas culturas, houve integração, reagrupamento e surgimentos de novos povos e culturas novas. Sua dinamicidade permanece até os dias de hoje.

(...) uma verdadeira história propriamente indígena ainda estar por ser feita.
 (...) Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte do nosso futuro e não só do nosso passado. A nossa história comum (...) foi um rosário de iniquidades cometidas contra ela. Resta esperar que (...) a partir de agora sejam mais justas. (CUNHA, 1992, p. 20-22).

Estudos recentes nos demonstram, que isso só ocorreu na história escrita, na prática, através de documentos diversos, é possível ver que os índios mantiveram-se presentes em locais como sertões, vilas, cidades e aldeias.

1.2 Fontes para uma História indígena do Solimões

Para compreendermos melhor a importância das sociedades indígenas na formação do Brasil, é preciso ter em mente que a história tradicional sempre tentou apagar a participação deste da narrativa histórica, e sempre colocou a tradição europeia como sendo superior as demais. Acreditava-se que, “Sem a proteção dos “civilizados”, (...) os índios seriam incapazes de superar a “estaca zero da evolução”.” (HENRIQUE, 2018, p.17), ou seja, sem a colonização estes ficariam na posição de selvagens, sem alma e civilização alguma.

Para reverter essa narrativa preconceituosa e etnocêntrica que se enraizou durante muito tempo, e propor uma mais ampla, de início “É preciso superar a visão de que os índios foram vítimas indefesas da colonização ou que apenas assistiram passivamente à ação histórica dos europeus.” (HENRIQUE, 2018, p.17), e recorrer as mais diversas fontes, para descrever a presença e participação dos indígenas na Amazônia, no médio Solimões.

Além disso, tornasse preciso dialogar com a interdisciplinaridade, pois

“Ao não tomar como objeto da etnografia e da teoria etnológica as formas concretas pelas quais as coletividades indígenas conseguiram sobreviver ao genocídio e aos múltiplos mecanismos de dominação e subalternização, as investigações exclusivamente culturalistas tornaram-se incapazes de compreender como os indígenas vieram a se assumir hoje como portadores de direitos, perseguindo ativamente formas de empoderamento e outras modalidades de cidadania na construção de Estados nacionais. (OLIVEIRA, p.15).”

Assim, contrapondo aos escritos tradicionais, que consideravam os índios povos sem história, vítimas no processo de colonização, que estavam sempre à disposição dos europeus, e no processo de aculturação e assimilação pediam sua identidade étnica, vemos que, ao contrário do exposto acima,

“Surpreendentemente, as previsões não se cumpriram. Os povos indígenas não desapareceram. Ao invés disso, crescem e multiplicam-se, como demonstram os últimos censos. Tornando-se cada vez mais presente na arena política brasileira, ao mesmo tempo em que despertam o interesse dos historiadores e lentamente começam a ocupar o lugar mais destacado no palco da história.” (ALMEIDA, p.18-19).

Por mais que os nativos, ainda não tenham papel principal na narrativa de sua história, através de novas análises, estes passam a despertar interesse aos historiadores que, junto com antropólogos, passam perceber a atuação dos nativos diante dos processos históricos, demonstrando portanto que não são imutáveis.

Se no século XVI, os índios eram considerados imutáveis, com seus próprios costumes e culturas, formas de convivência, comércio, trocas, alimentação, etc, na qual em contato com a civilização europeia, apesar de muitas resistências, no processo de aculturação perderia sua identidade étnica, onde as guerras eram justificadas por pacificação, entre os índios aliados, e os não aliados.

No século XVII, é o século em que os portugueses vão avançar para Amazônia, e as tribos descritas por Carvajal passam a ser narradas por historiadores e antropólogos, como tivessem desaparecido.

“Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do Rio Amazonas e da sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo *descidos* dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização.” (CUNHA, 1995, p.37).

Mas na realidade veremos estão se modificando ao ter contato com a colonização, fazendo surgir novos estratos sociais.

Neste processo de despovoamento maciço e repovoamento parcial, dois aspectos devem ser assinalados: a) o desaparecimento dos padrões adaptativos (demográficos, organizacionais e ergológicos) da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente, quando do repovoamento induzido pelo colonizador; neste segundo momento ocorre, b) a formação de um estrato que chamaremos neo-indígena, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica. (CUNHA, 1995, p.37-38).

Ou seja, vemos que, os índios não foram sujeitos passivos, que desapareceram diante do processo de aculturação, ao contrário, resistiram, foram sujeitos ativos, que ao incorporarem/assimilarem elementos de outras culturas diferente da sua, lhes davam sentidos próprios, e fazendo surgir novas estratos chamados de neo-indígena, ou caboclo, ribeirinhos.

É percebido que ao adentrar na Amazônia, no Solimões, a expansão não é espontânea, existiam objetivos, como material, que era criar rotas marítimas para que se encontrassem produtos que gerariam riquezas e “capital” para a metrópole, e imaterial, que era a tentativa de

apagar a presença dos indígenas da história do país, para isso civiliza-los aos modos de sua cultura, através da catequização era o objetivo da coroa.

No entanto, os avanços e os objetivos da coroa na Amazônia só vem a se tornar possível com a contribuição dos nativos. É através do sangue dos indígenas, que os interesses da metrópole são alcançados, eles foram obrigados a explorar e extrair produtos para a acumulação do capital, sua força de trabalho foi a base no contexto colonial, visto que, esses tinham muito conhecimento sobre a região.

Ao contrário do que se julga comumente, o índio não era leigo em história natural. Pelo contrário, sua contribuição à biologia (flora e fauna), à agricultura, bem como à medicina empírica, mal começa a ser avaliada. Com efeito, o aborígine americano logrou domesticar centenas de vegetais alimentícios, cultivando-os com instrumentos sumários que não agredem o ecossistema. (RIBEIRO, 2013, p.3).

Diante disso, surgem conflitos pela mão de obra indígena entre a coroa, colonos leigos, colonos missionários, ou seja, pelo controle da mão de obra indígena, “(...) os colonizadores voltaram-se cada vez mais para a opção do trabalho forçado na tentativa de construir uma base para a economia e sociedade colonial.” (MONTEIRO, 1994, p.18), isso através dos descimentos, aldeamentos, regime de tutela.

Conceitos como “Extermínio e tutela são os nomes de dois aspectos da colonização, que nas autorrepresentações nacionais aparecem como antagônicos, mas que na prática constituem aspectos alternados e solidários da ação colonial.” (OLIVEIRA, p.19). O que não se pode negar é que tais interesses na mão de obra indígena, no sentido de manter o poder de tutela tanto por parte dos missionários como pelo colonos, resultou num nível de mortandade bastante alto.

O que se pretende aqui, não é dar continuidade a narrativa que considera o índio como passivo, ao processo de colonização, e que teriam desaparecido etnicamente diante assimilação de certos costumes europeus, o que se quer, é propor uma narrativa em que os indígenas são sujeitos ativos diante dos processos históricos, tiveram participação e reagiram de diversas maneiras diante do processo civilizatório, da catequização, gerando conflitos com os não índios, os colonizadores.

Assim, para o historiador de início, Henrique (2018) salienta que,

Trata-se de uma difícil tarefa, se pensarmos que a documentação disponível para isso foi produzida, em sua maior parte, por presidentes da província, religiosos e demais responsáveis pela aplicação da política indigenista no século XIX. Nessa documentação, a voz dos índios não aparece diretamente. Mas ela está sempre presente, pois as fontes, apesar de sua pretensão à objetividade, sempre registram narrativa polissêmica, na qual a voz do indígena também se apresenta como interlocutora. (HENRIQUE, 2018, p.18).

Sendo tarefa do historiador dialogar com a interdisciplinaridade, com dimensões etnográficas, etnológica, antropológicas, arqueológica, linguísticas, etc, para fazer análise das documentações composta principalmente por relatórios dos presidentes de província, correspondências dos missionários e obras de viajantes. Ou seja, documentações que tem sobretudo o olhar do europeu a respeito dos indígenas, através das cronistas, dos viajantes ou funcionários do estado lusitano.

É através das crônicas, como de Carvajal, que no primeiro momento teremos uma Amazônia contada como terras fabulosas, especificamente “O conhecimento das populações ribeirinhas do Amazonas começou como em muitos descobrimentos, com um mito, o da Amazonas americanas e das fabulosas terras de Omagua e El Dorado.” (PORRO,1992, p.42). Porro (1992) afirma que as crônicas de Carvajal perde credibilidade, pela excessivamente lenda das Amazonas. No entanto, análise crítica pode fornecer

(...) uma quantidade considerável de elementos de interesse etnológico: disposição e tamanho aparente dos povoados, ocupação continua ao longo das barrancas do rio e caminhos “bons e largos” ligando os núcleos ribeirinhos a sítios ou roças do interior, aspectos geral da população, táticas de guerra, alguns rituais, costumes e utensílios. (PORRO, 1992, p.43).

Outros relatos, como de viajantes missionários, também servem como documento para análise do mundo colonial. Sobretudo para se entender as disputas pela mão de obra indígena, descrição de províncias e povoados, que no processo de descimento difundiram culturas, assimilaram e deram significados próprios em sua relação com os colonizadores.

Os relatos e registros dos viajantes são, também, peças chaves para se compreender o período colonial. Isto porque nos anos finais do século XVII, se tem uma nova forma concepção em relação ao “descobrimento”. “Aquele mundo ampliado pelas descobertas marítimas ainda estava se libertando paulatinamente do imaginário povoado de monstros e encantamentos - formas através das quais fora descrito nas primeiras décadas após seu "descobrimento”. (CARVALHO JUNIOR, 2011, p.40). Ou seja a uma mudança, do discurso messiânico para uma narrativa dos viajantes, que no século XVIII, vão ser instruídos a seguir manuais que do Estado lhes impõe, assim, o olhar do viajante passar a ser disciplinado. Isto porque “As viagens para fora das fronteiras do mundo conhecido, além de serem empreendimentos particulares, comerciais ou estatais com fins bastante específicos, passaram a ter necessidade de se

transformar em projetos mais bem articulados.” (CARVALHO JUNIOR, 2011, P.41). Assim, vemos que o Estado queria usufruir das informações dos viajantes, tanto por fins econômicos, como para conhecer os territórios até então pouco conhecidos, como a Amazônia.

Além disso, “No século XVIII, os sábios europeus desejaram realizar um inventário do mundo. Para tanto, percorreram os mares e terras munidos de livros e de diversos instrumentos.” (RAMINELLI, 1997, p1). Os chamados anos luz, aquele que influenciado pelo Iluminismo também teve forte influência para que os relatos dos viajantes tivessem descrições precisas, e assim ganhassem importância para a análise da Amazônia colonial.

Capítulo 2: Os povos indígenas e os conflitos no Solimões.

Pode-se observar que os confrontos interétnicos e as rebeliões durante o processo da colonização amazônica, tiveram elementos de singular importância na construção da história da Amazônia.

Sendo que muitos dos documentos disponíveis são de autoria do colonizador. O que traz uma série de suspeita na legitimidade dos reais fatos que ocorreram no período da colonização amazônica, onde os indígenas eram tidos como os grandes “vilões” nesse processo. E com isso parte das nações que viviam nas margens do rio Amazonas, foram sendo despovoadas e repovoadas em outras localidades (isso quando os povoados não eram infestados pelas epidemias trazidas pelo branco), levando assim o desaparecimento não só de seus padrões culturais, mas como de toda a nação.

Em virtude disto, há necessidade de estudar, e analisar os conflitos interétnicos no período colonial entre os séculos XVI a XVIII, devido à escassez e o interesse de pesquisadores direcionados a esse tema.

A pesquisa será de suma importância para valorizar e divulgar as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no período de colonização, levando em conta as nações indígenas ribeirinhas que foram dizimadas e as que foram incorporadas como mão de obra pelos colonizadores, quando descrevendo os acontecimentos da região Amazônica que atingiram os padrões adaptativos e culturais de vários povos.

Desta maneira, a pesquisa visa o esclarecimento das reais situações que aconteceram no período de colonização na Amazônia e o papel do Diretório do Índio que foi criado com o intuito de melhorar a aproximação lusa portuguesa nas aldeias indígenas, e dar os limites para as ordens missionárias atuarem e que através desse pressuposto podemos identificar sua verdadeira estratégia.

James Souza (2011) afirma que, uma das características marcantes do processo de conquista português na Amazônia foi à disputa pela utilização da mão de obra indígena, pelos colonos, missionários e a Coroa portuguesa, que se envolveram em constantes embates e também em convívios que definiram tragicamente o destino dos índios.

A Coroa portuguesa, responsável por intermediar o conflito, acabou criando leis oscilantes ao longo do período colonial. E que as diferentes posturas adotadas pelas ordens religiosas responsáveis por exercerem o contato com os índios, foram constantes na polêmica que se instaurou nos confins amazônicos.

A chamada História Nova (Le Goff (1990) apud Ribeiro e Velthem (1992, p.103), conduziu à renovação das disciplinas históricas, refletindo a preocupação de resgatar justamente, a contribuição oculta, o trabalho anônimo que tornou possível a grande riqueza e o brilho das oligarquias política de cada nação.

Diante das circunstância que levam muitos historiadores ao interesse sobre essa temática, Maria Jaciane Ferreira Guimarães (2011, p.34), ressalta que, durante muito tempo o termo cultura foi empregado unicamente ao sentido iluminista, ou seja, referindo-se às chamadas expressões superiores do espírito humano - a arte, a literatura, a música. Hoje, porém, com base na antropologia, a grande maioria dos historiadores compreende a cultura como a história das ações ou noções subjacentes à vida cotidiana. Convergem para uma visualização deste conceito de maneira ampla, social e temática.

Para Coelho (2005) a temática indígena, tem o objetivo de evidenciar a cultura histórica e a historiografia relacionadas às questões indígenas – relativas ao período colonial- concentrando mais detidamente, na produção referente ao Diretório dos Índios. (p, 31).

Onde o Diretório dos Índios, para Queiroz (2001) foi um instrumento legal de pretensões grandiosas. Que através de seus artigos, ensaiou-se um plano de civilização do indígena, onde via a possibilidade de introduzir nos índios os costumes ocidentais, de modo definido e inédito.

Através do Diretório dos Índios, apresentaram-se regras e um programa de adaptação do índio a uma nova forma de vida, onde a única preocupação portuguesa era de inserir o indígena no que considerava ser a civilização. E que para a aculturação indígena ocorresse foram-lhes inseridas novas regras como Santos (2002) aborda:

Civilização dos índios: proibiu o uso da língua materna de cada nação indígena aldeada (...) Tornava obrigatório por parte dos índios o uso de sobrenomes semelhantes as da famílias de Portugal. Os índios eram obrigados a contruir moradias no estilo dos brancos (...) tornava obrigatório aos índios o uso “de vestidos decorosos, e decenter; desterrando deles a desnudez (...) e instituía escolas separadas para meninos e meninas. (SANTOS, 2002. p, 54).

Como podemos observar o Diretório foi uma lei que gerou um processo de reforma educacional, na tentativa de inseri-los na sociedade portuguesa com uma nova identidade, porém a Coroa portuguesa tinha apenas o intuito de garantir a soberania na região amazônica, devido a disputa territorial. E que processo de colonização vivido pelos índios no Brasil, foi amplamente marcado por situações de violação à cultura e/ou violência física, o que resultou no desaparecimento de inúmeras etnias.

Podemos perceber também que a inserção da temática indígena esbarra na escassez de dados produzidos pelas próprias populações indígenas. Entretanto, Antônio Porro (1992) sintetiza o panorama etnográfico das margens do alto e médio Amazonas brasileiro, identificando e delimitando, na medida do possível, as principais províncias do século XVI e XVII, assinalando assim seus traços culturais mais significativos e procurando acompanhar seu traço histórico de sua desagregação e transformação.

Antônio Porro (1992) enfatiza a diferença das crônicas relatadas pelos primeiros colonizadores, nas margens do rio Amazonas, que nos séculos XVI as várzeas eram altamente povoadas, e com o avanço dos missionários, no século XVII a várzea amazônica estava praticamente despovoada e infestada pelas epidemias trazidas pelo branco.

Porro (1992) também ressalta que a Amazônia foi explorada, devido a escassez de mão de obra nas regiões mais próximas de Belém. Além disso, a Amazônia era uma região que não tinham condições de introduzirem um meio de subsistência, e que os colonizadores não sabiam como explorar, fazendo com que voltassem para região que dispunham de meios naturais que pudessem garantir-lhes a sobrevivência e lucros. E que segundo SANTOS (2002), “sem essas fontes de riqueza e subsistência teria sido impossível os portugueses ocuparem o grande vale”.

Entretanto podemos perceber que a participação dos indígenas no processo de desenvolvimento da sociedade não tem tanta importância, senão pelo sentido das perdas indenitárias, culturais, físicas, etc., que as situações de contato com os colonizadores provocaram. O que concebe o Diretório dos Índios, essencialmente, como uma política de inserção da população indígena no modo de vida português.

Coelho afirma que, “a formulação de uma imagem do índio caminhou quase que no mesmo sentido – o de atribuir-lhe um papel passivo, quase inexpressivo, na formação histórica do Brasil”. No entanto, para Paulo Prado, o lugar do indígena no passado colonial: de ingênuos valorosos, que colocavam a sua destreza a serviço dos europeus, os índios passaram a ser vistos como a razão do desregramento e da lascívia em que viviam os colonos (PRADO, 1997 apud COELHO. p, 13-14)

Manuela Carneiro da Cunha (1992) considera ser isso resultado da adoção de uma postura:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos. (CUNHA, 1992, p. 17-18).

Cunha (1992) faz essa ressalva sobre os verdadeiros culpados pela omissão dos indígenas como sujeitos históricos nacional, com isso se deu a escassez ou pouca importância da presença indígena em nossa historiografia, pois os índios foram os grandes atores no processo de colonização, fazendo com que os portugueses, europeus, entre outros colonizadores se aliassem à algumas etnias como estratégia de sobrevivência. E mesmo sendo um dos fatores que propuseram a relevância da concentração dos colonizadores na região amazônica, os índios não tiveram apenas o extermínio de sua cultura e a violência, mais como sujeitos históricos do que chamamos hoje de nacionalidade brasileira.

Vale lembrar que o período de colonização não foi passivo e que muitas vezes burlavam as regras do Diretório dos Índios, quando as situações não eram favoráveis a Coroa, e nesse sentido entraria a verdadeira função dos missionários, de apaziguar ou melhorar a convivência entre os índios e os luso portugueses.

Existiam três formas de recrutar o indígena: através do descimento, resgate e pela guerra justa. E que nenhum tipo de recrutamento indígena foi passivo e muito menos “paz e amor.

Para Beatriz Perrone (1992), as ordens religiosas acabaram detendo um considerável papel na colonização, onde concentravam os índios em suas missões e, em alguns momentos, seja por determinação da lei ou por pressão do Estado português, acabavam cedendo alguns índios para a Coroa ou para os colonos. Onde fica sob responsabilidade dos missionários, no estabelecimento das comunicações iniciais, para convencer os índios a se deslocarem para os aldeamentos e essa forma de recrutar o índio era chamado de “descimentos”, que tinha como função:

Deslocamento de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses. Devem resultar da persuasão exercida por tropas de descimento lideradas ou acompanhadas por um missionário, sem qualquer tipo de violência. Trata-se de convencer os índios de “sertão” de que é de seu interesse aldear-se junto aos portugueses, para sua própria proteção e bem – estar. (PERRONE, 1992, p. 118).

Esse trabalho de convencimento efetuado pelos missionários era uma maneira menos violenta de conseguir mão-de-obra indígena do que as impostas pelos militares e colonos.

E que, segundo Santos (2002), existiam diversas maneiras de aprisionar os indígenas com o intuito de vendê-los como escravos e que nenhuma delas foram amigáveis ou passivas,

e as justificativas dadas, tanto para guerra justa, como para o descimento ou resgate, só eram favoráveis aos colonizadores e que:

O início dos conflitos entre indígenas e portugueses na Amazônia pode ter como marco o combate entre os “tapuias” do rio Caeté e os “poucos soldados” sob o comando do então alferes Pedro Teixeira em 1616. (SANTOS,2002, p,21).

Santos (2002), faz um análise que a ocupação da Amazônia não foi pacífica e nem resistente, que muitas guerras causadas pelos portugueses utilizando o método colonizador dizimaram muitas etnias.

A referida pesquisa será feita através do levantamento e análises bibliográficas. Com o embasamento de (Coelho; Cunha; Santos; Queiroz; Beatriz Perrone; Porro, dentre outros) obtiveram dificuldade sobre a temática indígena e o processo de colonização e a inserção do aculturamento indígena, devido a escassez de documentos, portanto seguiremos com esse intuito de analisar as crônicas desse período de como ocorreu o processo de aculturação indígena imposta pelos colonizadores.

E que essas transformações impostas aos povos indígenas, com o intuito de civilizá-los e promover-lhes o desenvolvimento econômico, teriam resultado na destruição dos contatos e submetidos aquele plano de civilização, que Antônio Porro descreve em “História dos Índios no Brasil - História Indígena do Alto e Médio Amazonas (séculos XVI a XVIII)”, como a ocupação dos primeiros colonizadores afetaram o espaço demográfico e cultural de cada nação indígena na região amazônica.

E através do levantamento das obras de referência sobre o processo de aculturação no período colonial, fazer a análise apontando os fatores que contribuíram para que partes das nações fossem dizimadas e esquecidas como parte da historiografia brasileira.

2.1 Sociedades indígenas no rio Solimões Séculos XVII e XVIII

Os conflitos interétnicos e as rebeliões durante o processo da colonização amazônica tiveram elementos de singular importância na construção da história da Amazônia.

A inserção da temática indígena se esbarra na escassez e na autenticidade de documentos e nas crônicas feitas pelos conquistadores/invasores no período de colonização da Amazônia.

De acordo com Ugarte (2009, p. 27-28), “aqueles homens foram protagonistas de acontecimentos ou testemunhas de vista; em alguns casos foram receptores e transmissores do testemunho de outrem”. Isso quer dizer que muitos dos relatores, ou seja, os cronistas estiveram nas expedições relatando o que “acontecia” e outros apenas se baseavam nas informações fornecidas por outro relator, ocasionando a escassez nos documentos sobre os povos que neste território viviam.

Entretanto, Porro (1992) sintetiza o panorama etnográfico das margens do alto e médio Amazonas brasileiro, identificando e delimitando, na medida do possível, os principais povoamentos e as províncias do século XVI e XVII, assinalando assim seus traços culturais mais significativos e procurando acompanhar seu traço histórico de sua desagregação e transformação.

No século XVI, a primeira expedição a adentrar nesse território, atual Amazonas, foi a expedição comandada por Alonso Mercadillo. Porro (1992) afirma ser um dos episódios menos conhecidos da exploração do Alto Amazonas.

Os diferentes relatos sobre as populações que viviam as margens do rio Amazonas, foram bastante promissor para a Coroa, pois o intuito da exploração da Amazônia se deu pelo fato da escassez de mão de obra nas regiões mais próximas de Belém. Junto a isso vieram às notícias de Carvajal (1542) na primeira expedição de todo o rio Amazonas comandada por Francisco de Orellana, que traziam consigo a crença do *El dorado*, *o Lago de Paititi*, *a GranOmagua*, *o País das Esmeraldas*, toda a extravagância nos relatos de Carvajal, deu esperança para os ambiciosos colonizadores lusitanos e a própria Coroa a enviar suas frotas em busca das riquezas que esse território possuía.

Porro (1992) argumenta que a observação do mundo indígena feitas pelos principais cronistas Carvajal (1542), Rojas (1639), Acunã (1641) e Fritz (1686-1723), refletem sobre as mudanças que essa sociedade sofreu a partir da conquista e que todos esses cronistas de vista, como afirma Ugarte (2009), foram alguns protagonista oculares desses acontecimentos.

De acordo com Santos (2002), a ocupação lusitana da Amazônia, só começou a se estabelecer no ano de 1616, quando os portugueses fundaram o Forte do Presépio, já que os espanhóis se desinteressaram pela Amazônia. Mas, o período de tranquilidade dos portugueses que adentravam em território espanhol não durou muito tempo, pois, vieram os conflitos com os estrangeiros que haviam fundados feitorias em vários pontos do baixo Amazonas, conflitos internos e principalmente conflitos com as tribos indígenas, e as reações que as mesmas desenvolveram contra os colonizadores.

Depois que Acunã, descreveu sobre as mais populosas províncias do Amazonas (*Omágua e Yoriman*) setenta anos depois, segundo as descrições de Fritz, estavam completamente despovoadas, ou seja, desertas, devido as agressões, prisões e mortes que assolavam todas as províncias de qualquer região do Amazonas.

A importância do *Diário* de Samuel Fritz, segundo Porro (1992): “forma o corpo das *Notícias autênticas no tocante ao alto Amazonas*”, isso significa que o Diário de Fritz, é uma dos quatro principais etnografia amazônica, que relata no geral os acometimentos portugueses sobre o índio e jesuítas e dos incidentes diplomáticos oriundos.

Toda a ambição tida pelos colonizadores lusitanos, tiveram consequências catastróficas para os indígenas, ocasionando a destruição de muitas nações indígenas que viviam ao longo de todo o rio Amazonas.

Santos (2002) relata sobre os conflitos entre as populações indígenas e os colonizadores, e que os mesmos tendem a ser entendidos como um mecanismo de resistência à ocupação dos espaços territoriais, as rebeliões indígenas e as fugas das povoações dos serviços reais, foram consequências dos aldeamentos e as diversas formas de recrutamento indígena.

Coelho (2005), afirma que, “a formulação de uma imagem do índio caminhou quase que no mesmo sentido – o de atribuir-lhe um papel passivo, quase inexpressivo, na formação histórica do Brasil”. No entanto, para, Paulo Prado (1997), o lugar do indígena no passado colonial: de ingênuos valorosos, que colocavam a sua destreza a serviço dos europeus, os índios passaram a ser vistos como a razão do desregramento e da lascívia em que viviam os colonos. (PRADO, 1997 apud COELHO, 2005, p. 13-14).

Manuela Carneiro da Cunha (1992) considera ser isso resultado da adoção de uma postura:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e os destruíram. [...] O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos. (CUNHA, 1992, p. 17-18).

Fato este presente, no nosso próprio esquecimento dos verdadeiros protagonistas da história da Amazônia e da criação da nacionalidade brasileira. E que esses protagonistas, são apenas lembrados como passivos, que deixaram ser escravizados e perderam sua cultura. Porém não foi apenas isso, eles confrontaram os colonizadores com afirma Santos (2002). Dando o marco dos conflitos entre índios e colonizadores, no combate entre os “tapuias” do rio Caeté e os “poucos soldados” sob o comando do então alferes Pedro Teixeira, a partir então a Amazônia

foi sendo embreada, incessantemente, pelos demais grupos sociais, sejam religiosos, autoridades civis e militares, que subiram e desceram o rio enfrentando as demais armadilhas da natureza.

Como os portugueses, já utilizavam a mão de obra desde o início da colonização no Brasil e principalmente nas regiões litorâneas, na região Amazônica não foi diferente, com a Carta de Lei de 10 de setembro de 1611. Que de acordo com Santo (2002, p.19) “a lei introduziu a escravidão legal dos índios e entregou aos colonos o controle total do processo de captura, seja através dos descimentos, dos resgates ou guerras justas”. Através desse argumento a Coroa portuguesa, responsável por intermediar o conflito, acabou criando leis oscilantes ao longo do período colonial.

Ocasionalmente combates em diferentes níveis, onde os índios se recusavam a descer para os aldeamentos missionários e resistiam às tropas de resgate e à guerra justa. Todos e quaisquer tipos de resistências indígenas eram revidadas pela Coroa com as operações de guerras, que acabavam em confrontos violentos, massacres e aprisionamentos dos indígenas.

Quando os indígenas se rebelavam contra os recrutamentos lusitanos eles atacavam os núcleos coloniais portugueses, com isso os colonos revidavam com as expedições de guerras, e a justificativa para essas guerras dadas pelos oficiais era de que os ataques eram criminosos, pondo em risco os núcleos missionários, e uma das nações indígenas que Santos (2002) destaca são os Torás, que resistiram e lutaram contra a presença lusa, que aos poucos iam se estalando nos territórios amazônicos, porém não tiveram êxito nos combates, sendo aprisionados e reduzidos.

Além dos Torás, Santos (2002) relata que as práticas violentas de intervenção europeias contra os ataques dos índios continuaram, como por exemplo, os índios Jumas do lago de Cupucá, no rio Solimões, essa nação foi totalmente destruída, pois eram acusados de terem assassinado o Carmelita Antônio de Andrade, mas existe a possibilidade de que o religioso estivesse cometendo desvio de conduta contra a cultura e as regras indígenas.

Porém, Santos (2002) dá um grande destaque para a resistência da nação Manau, pois, demonstraram ser “os indígenas agentes de sua própria história”, o resultado positivo dessa nação foi a famosa guerra entre os índios e os portugueses na década de 1720, como essa nação se localizava nas margens do baixo rio Negro, desde a foz do rio Branco até as ilhas de Timoni, as expedições de tropas de resgate deveriam seguir pelo lado oeste da Amazônia, pois os Manau, impediam que os portugueses continuassem viajando em busca da mão de obra indígena, o resultado dessa resistência foram os confrontos sangrentos, com a morte e a

apreensão de vários índios. E que mesmo os Manaus vivendo em aldeamentos, continuaram a provocar uma série de revoltas, estremecendo o domínio lusitano.

Perrone (1992), as ordens religiosas acabaram detendo um considerável papel na colonização, onde concentravam os índios em suas missões e, em alguns momentos, seja por determinação da lei ou por pressão do Estado português, acabavam cedendo alguns índios para a Coroa ou para os colonos. Onde fica sob responsabilidade dos missionários, no estabelecimento das comunicações iniciais, para convencer os índios a se deslocarem para os aldeamentos e essa forma de recrutar o índio era chamado de “descimentos”, que tinha como função:

Deslocamento de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses. Devem resultar da persuasão exercida por tropas de descimento lideradas ou acompanhadas por um missionário, sem qualquer tipo de violência. Trata-se de convencer os índios de “sertão” de que é de seu interesse aldear-se junto aos portugueses, para sua própria proteção e bem – estar. (PERRONE, 1992, p. 118).

Esse trabalho de convencimento efetuado pelos missionários era uma maneira menos violenta de conseguir mão de obra indígena do que as impostas pelos militares e colonos.

Para Coelho (2005) a temática indígena, tem o objetivo de evidenciar a cultura histórica e a historiografia relacionadas às questões indígenas – relativas ao período colonial-concentrando mais detidamente, na produção referente ao Diretório dos Índios. Que os conflitos internos ocasionaram o embate.

Onde o Diretório dos Índios, para Queiroz (2001), foi um instrumento legal de pretensões grandiosas. Que através de seus artigos, ensaiou-se um plano de civilização do indígena, onde via a possibilidade de introduzir nos índios os costumes ocidentais, de modo definido e inédito.

Porém a principal preocupação de Pombal foi a demarcação da Amazônia, pois o mesmo representou a primeira experiência em bases econômicas para o povoamento e consolidação do domínio português nos vasto território amazônico, onde o índio ganhou importância apenas como elemento representativo do Estado.

Como a aprovação da lei pombalina (1755), ficara extinta a escravidão do índio e expulsou os missionários da região amazônica, colocando sob responsabilidades os funcionários públicos.

No ano subseqüente (1757) foi estabelecido o Diretório, porém os resultados estimados não foram positivos, quando se tratava de integração indígena, pois eles continuaram as fugas,

a resistir ao tentarem integra-los a uma nova sociedade imposta pelos lusitanos, as epidemias matavam quantidades significativas de índios. Portanto os índios foram mantidos em um sistema de exploração, mesmo que dentro da lei se apresente liberal.

A problemática dos direitos dos índios em todo território brasileiro sempre movimentou mecanismo burocráticos independentemente das leis. Moisés (1992) tenta explicar como se dava tal organização:

O principal documento legal era, os regimentos dos governantes gerais. O rei assinava, assim como às Cartas Régias, leis, alvarás em forma de lei e Provisões Régias, auxiliado por corpos consultivos dedicados a questões coloniais. O primeiro desses conselhos foi a Mesa de Consciência e Ordens, criado em 1532. Seguiram-se o Conselho da Índia (1603) e seu sucessor, o Conselho Ultramarino (1643). Estes emitiam pareceres que podiam, e costumavam ser, sancionados pelo rei, passando a ter valor legal... Para o exame de questões específicas que exigiam conhecimentos locais de que a metrópole não dispunha, o rei ordenava a formação de Juntas, e entre as quais a mais importante era a Junta das Missões (Moisés, 1992, p. 116-117).

Entretanto, todas as questões relativas a determinadas leis que “defendiam” os índios de forma nítida, os colonos e até mesmo alguns religiosos não as cumpriam, e a legislação indigenista não foi apenas um projeto de dominação, mas que agiu de forma camuflada por trás questões jurídicas.

Em todo o processo de legislações, e a inauguração do Diretório, criado para apaziguar a situação entre portugueses e índio, nos rios Madeiras e Solimões, que se destaca nas guerras contra os portugueses foram o Muras, pois resistiram bravamente as ameaças dos colonizadores lusitanos.

Os Muras eram conhecidos como uma nação violenta, que guerreavam não somente contra os colonizadores, aqueles que tinha ódio mortal, mas contra outras nações indígenas que saqueavam e matavam alguns índios, não tinha lugar fixo, podendo assim está em um lugar num dia e no outro não encontrar vestígio algum. Sem lugar fixo, verdadeiros nômades, os Muras se aventuraram pelos Rios Madeira, Solimões e Negro, que especificamente saindo do Madeira, adentraram no Solimões até Tabatinga, subiram o Solimões, até a boca do rio de Manacapuru, infestando essa região pela sua crueldade.

Passaram pelo rio Caiambé, rio Tefé (localizada a vila de Ega-aldeamento carmelita), Nogueira, Fonte Boa, Codajás, entre outros povoamentos, este sofreram as agredões e mortes ocasionada pelos Muras, e muitos desses povoamentos padeceram pelos saques que sofreram com a passagem dessa nação.

Segundo os relatos de Santos (1992), o Governo Colonial, declarou guerra contra aos muras, pois os mesmo eram responsável pelo não desenvolvimento da colônia, que motivaram os Mundurucus a ataca-los, como a Governo fazia aquilo que lhe trazia benefício, achou-se necessário fazer acordo com os mundurucus.

Porém, o que perceberam logo depois com a tomada do rio Madeira, as guerras que eram realizadas pelos Muras, foram substituídas pelos Mundurucus, tornando assim inimigos e que a partir dali iriam depender dos Muras aldeados para guerrear contra os Mundurucus, portanto as ações dos Mundurucus abalaram o governo colonial.

A importância em lembra que não foram apenas os Torá, os Muras ou os Mundurucus, que se rebelaram, mais que diversas nações como dos do rio Jutá e os da nação dos Purus atacaram, feriam e matavam os aldeados.

Com relação ao processo de pacificação, Moises (1992) afirma que, alguns povos indígenas se aldearam pacificamente, e que muitos povos vieram pedir o descimento e aldeamento para seus povos. Outros, sem abandonarem seus territórios ou se aldearem, uniram-se aos portugueses ou a seus inimigos europeus em suas guerras, mas firmaram um tratado de paz e tornaram-se nações aliadas.

Nesse contexto, surgem indagações sobre a questão de que não eram apenas os colonizadores (portugueses, espanhóis, etc.) os inimigos vizinhos nações indígenas inimigas que também devastaram povoações, embora alguns tenha resistido mais a força lusitana, alguns pretenderam melhor aliar a seus inimigos lusos, mas que de uma forma ou outra algumas nações foram massacradas e escravizados ou até a exterminação.

De acordo com Santos (1992) o quadro dos grupos indígenas, reduzidos e os que ainda não tinha sido, mas que já eram conhecidos pelos colonos, ainda é precário e carente de fontes. Pois, através da pesquisa feita, pode ser perceber os vastos povoamentos, províncias e aldeamentos, não foram apenas um grupo indígenas que foram exterminados ou domesticados, mais o conjunto de várias nações.

E que mesmo quando as questões indígenas deixaram de ser “essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras” (Cunha, 1992, p. 134), os índios foram empecilho aos objetivos dos lusitanos, mais que conseguiam encaixar os índios de uma maneira ou de outra ou tomar além de corromper suas vidas e sua cultura, foram-lhes tirados suas terras e “obrigados” a trabalhar nelas com um novo dono.

Vale ressaltar que Moisés (1992), faz um aparato geral sobre as questões dos recrutamentos indígenas, e que é preciso estudos mais aprofundados sobre o processo de colonização, para resgatar os povos indígenas como autores principais dessa colonização. Pois

eles não foram apenas passivos, ou adeptos de um novo sistema, mas que resistiram a esse processo colonizador.

O destino desses povos foi à perda de sua autonomia e a domesticação, que nos séculos XVII e XVIII, foram recrutados pelos aldeamos conforme as leis, nos séculos posteriores, eles foram “domesticados”. E que durante muito tempo as guerras aos índios foram sempre oficialmente dadas com defensiva.

A questão indígena foi repensada dentro de um projeto político mais amplo, como afirma Cunha (1992), os índios foram chamados a participar de uma sociedade civil, pois como já foi citado, os portugueses, europeus e etc., foram, civiliza-los e introduzirem numa cultura e sociedade moderna de “primeiro” mundo, ou seja, foram obrigados a se adaptar e desaparecer com seus antigo costumes.

E que todos os anos de guerras tanto contra as nações inimigas, mas também com os colonizadores, acabaram com a pacificação ou possíveis tratado de paz. E como Santos (2002) afirma, as guerras e levantes indígenas contra os portugueses no período colonial na Amazônia em nenhum momento da história dessa região estiveram vivendo momentos de paz e tranquilidade, e que esse período foi marcado de rebeliões, fugas e extermínio dos indígenas.

Onde esse território estavam sob influência de determinadas nações indígenas, e que essas guerras ocasionaram a resistência indígena aos mecanismos da conquista, da ocupação e da dominação colonial.

Os povos indígenas escreveram e viveram sua própria história de acordo com as possíveis possibilidades que lhe cabia, e que todos os conflitos mesmo tendo tanta relevância para as pesquisas atuais, no passado esses conflitos foram reprimidos, e toda essa temática indígena de acordo com Moisés (1992) e Santo (2002) merecem ser pesquisados e investigados detalhadamente, para assim possuírem seus direitos históricos, resgatando o papel que o índio teve no processo de colonização com agentes causadores das crises governamentais e das tentativas frutadas que os luso tiveram em exterminar os índios.

Mesmo com as dificuldades que os pesquisadores tem sobre essa temática, não deixam desanimados, pois o papel de um historiadores-pesquisador, é o de divulgar todo material disponível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou abordar História Indígena e os Conflitos na Amazônia Colonial, tendo como objetivo é falar a respeito da historiografia indígena, no período colonial, analisando como os nativos estão presentes na narrativa histórica tradicional, observando a História Indígena como leque de possibilidades como campo de pesquisa. A pesquisa, também discutiu a respeito da presença indígena no médio Solimões entre os séculos XVII-XVIII, os conflitos no período colonial.

O que me impulsionou foi a necessidade de se estudar, e analisar o os conflitos interétnicos no período colonial entre os séculos XVI a XVIII, devido a escassez e o interesse de pesquisadores direcionados a esse tema.

A pesquisa teve como recorte cronológico o período colonial, precisamente entre os séculos XVII e XVIII, com o objetivo de fazer uma discussão histórica da presença indígena no médio Solimões, bem as ações dos indígenas diante do processo de colonização, ou seja, agentes de sua própria história, fazendo o que estava a seu alcance para manter viva sua cultura.

Os povos indígenas escreveram e viveram sua própria história de acordo com as possíveis possibilidades que lhe cabia, e que todos os conflitos mesmo tendo tanta relevância para as pesquisas atuais, no passado esses conflitos foram reprimidos, e toda essa temática indígena merecem ser pesquisados e investigados detalhadamente, para assim possuírem seus direitos históricos, resgatando o papel que o índio teve no processo de colonização.

Espera-se com este trabalho propiciar conhecimento, para valorizar e divulgar as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no período de colonização, levando em conta as nações indígenas ribeirinhas que foram dizimadas e as que foram incorporadas como mão de obra pelos colonizadores, quando descrevendo os acontecimentos da região Amazônica que atingiram os padrões adaptativos e culturais de vários povos.

Enfim, como Cunha (1992, p.20-22) assinala, uma verdadeira história propriamente indígena ainda estar por ser feita. A nossa história comum foi um rosário de iniquidades cometidas contra ela. Resta esperar que a partir de agora sejam mais justas, e que mais pesquisas a respeito da temática floresçam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul** / Luiz Felipe de Alencastro. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil** / Maria Regina Celestino de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 168 p. (Coleção FGV de bolso, Série História).

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. **A invenção do índio na Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792)**. / Almir Diniz Carvalho Junior. – Noronha, Nelson Matos (org.). A Amazônia dos Viajantes: história e ciência. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2011.

COELHO, Mauro César. **Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. Universidade de São Paulo, 2005.

COELHO, Mauro César. **Índios e historiografia os limites do problema: o caso do Diretório dos Índios**. Ciências Humanas em Revista - São Luís, v. 3, n. 1, julho 2005

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPES, 1992.

GUIMARÃES, Maria Jaciane Ferreira. **Festa dos Negros em Araci (1987-2011)** / Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Conceição do Coité, Ba. 2011. Disponível em: <<https://www.viladoraso.com.br/wp-content/uploads/festa-dos-negros-em-araci-jaciane.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia nos séculos XIX** / Márcio Couto Henrique. – Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2018.260 p.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: uma introdução**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo** / John Manuel Monteiro. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo** / John Manuel Monteiro. – Campinas: UNICAMP, Agosto, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades** / João Pacheco de Oliveira. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 384 p.: il. color.

OLIVEIRA, João Pacheco. Freire, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil** / João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACE/ Museu Nacional, 2006.

PERRONE – MOISÈS, Beatriz. **Os princípios da legislação indigenista do período colonial**. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

PRISCILA, Faulhaber. **O Lago dos Espelhos: um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios em Tefé/AM** / Priscila Faulhaber. – Universidade Estadual de Campinas, 1992.

PORRO, Antônio. **História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII**. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

QUEIROZ, Jonas Marçal. **Amazônia: modernização e conflito**. Belém, UFPA, Macapá, UNICAP, 2001.

RAMINELLI, Ronald. **Ciências e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira**. 6 Tempo, 1997. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

RIBEIRO, Berta G. **O índio na cultura brasileira**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira, 22 Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina**. 2ªed. Universidade do Amazonas, 2002.

SOIHET, Rachei. **O DRAMA DA CONQUISTA FESTA: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural**. Revista Estudos Históricos 5, no. 9 (1992).

SOUSA, James O. **Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial**. Em Tempos de História, [S. L.], n.6, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/2075>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

UGART, A. S. . **Sertões de Bárbaros: O Mundo Natural e as Sociedades Indígenas da Amazônia na Visão dos Cronistas Ibéricos (Séculos XVI-XVII)**. 1. Ed. Manaus: Editora valer, 2009.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Data: 1997. Título: Berta Gleiser Ribeiro (1924-1997). Detalhes: Anuário Antropológico p. 365-372.